

Os manuscritos literários da Biblioteca de D. João, Príncipe Regente de Portugal

Ana Virgínia Pinheiro

À memória de José Gabriel da Calmon da Costa Pinto

1 Breve histórico

Os manuscritos literários ou, mais especificamente, os manuscritos "de autor" eram incomuns até o século XIV (Historie(s), 2001, p. 12), porque o texto manuscrito era formalizado por copistas que não admitiam o rascunho ou borrão como parte do processo natural da escrita. A correção e a perfeição eram critérios que atribuíam valor ao manuscrito. O arquetipo, texto-matriz de cópias que seriam efetuadas com a inclusão de miniaturas, iluminuras e rubricas, era "limpo" e as correções, quando explícitas, eram tão integradas à formatação do texto e das imagens que pareciam acréscimos propositais para ressaltar uma passagem. O erro, de modo geral, era apagado, raspado do pergaminho, e a correção, por supressão e substituição, sem rasuras, ratificava a prática do palimpsesto (cf. Biasi, 2001, p. 145).

Da Antigüidade ao fim da Idade Média, o livro manuscrito teve função equivalente a do livro impresso, que o sucedeu: um vetor ideal que permitia registrar, conservar e propagar as aquisições da humanidade no domínio espiritual e intelectual. A comparação entre o livro manuscrito e o livro impresso não revela uma diferença de natureza nem de função, mas de técnica de produção - o livro manuscrito é por essência único, em face de sua fabricação artesanal e de sua cópia manual.

Manuscrito, hoje, no sentido amplo, é toda e qualquer configuração física que visa ao produto texto, exibindo o processo de criação. Provindo do lápis ou da caneta, é o autógrafo em que a letra avaliza a autenticidade, mas, pode ser o ditado ou a cópia, passíveis de receber uma leitura desatenta do autor. Batido à máquina é o datiloscrito; saindo do computador, é a folha digitada que se cristaliza no disquete. É manuscrito ainda quando age sobre o texto impresso de uma

edição, renovando-o para outra (Ancona Lopez, 2002).

A noção de manuscrito literário amplia essa visão, diante das versões que podem ser produzidas antes de finalizado o texto. As diferentes versões do manuscrito literário, ao longo do processo de escrita, incluem:

a) o manuscrito do autor, propriamente dito (rascunho, texto prévio ou prototexto), e as fases seguintes, de rasuras incontidas - por rasura entende-se o produto de qualquer das quatro operações lingüísticas comuns encontradas nos rascunhos: o acréscimo, a supressão, a substituição e o deslocamento (Willemart, 2002);

b) o manuscrito "passado a limpo";

c) o mesmo manuscrito com alterações, motivadas por reflexões ulteriores e pela evolução das idéias do autor. O aspecto material desta versão (intertexto) pode apresentar: expansões de texto justapostas, sobrepostas, interpostas e nas margens e no verso do texto "original"; acréscimos de suporte, por encolagem, com o "novo" texto a ser inserido em determinada passagem; e, ainda, letra diferente, em tinta, grafite e cores;

d) a versão "final" do texto, com correções ou não;

e) a versão impressa com correções;

f) a versão em qualquer edição, com correções (exemplar-de-trabalho), documentando o preparo da edição seguinte (cf. Ancona Lopez, 2002; Martins, 2002; Willemart, 2002).

Neste conjunto não se inclui o paratexto, notas ou esboços de caráter indicativo que antecedem as versões e que se apresentam em pedaços de papel, cadernos de notas, independentes do texto "original" (Ancona Lopez, 2002).

Todas as versões descritas têm duas características comuns: a fragilidade admitida nos suportes e tintas e a brevidade do registro, ante a perspectiva de que o texto manuscrito é transitório, supérfluo.

A fragilidade está evidenciada na corrosão das tintas e na acidez dos papéis, que provocam a fragmentação do suporte e inviabilizam o manuseio do documento; além disso o desgaste dos pigmentos das tintas, ocasionam a perda de documentos, que um dia foram legíveis (cf. Eisenberg, 2001).

A brevidade do registro leva à pressuposição de um "tempo de vida útil" ou de texto "inacabado", como se a versão seguinte anulasse a anterior (cf. Kristeva, 2001, p. 81-85). Talvez, por isto, as sucessivas versões de um texto são raríssimas, estando disponíveis aquelas preservadas por eclesiásticos ou colecionadores particulares.

Estas questões evidenciam uma verdadeira crise cultural, porque o manuscrito literário tem a dimensão de monumento, "edificado e eternizado no momento

final da sua concepção, antes de ser exposto ao público, em versões provisoriamente definitivas ou temporariamente concluídas" (Pinheiro, 1998, p. 43). A perda de um manuscrito literário implica a fragmentação de parte uma memória já bastante dispersa por infinitos e labirínticos espaços de salvaguarda.

2 Os manuscritos literários provenientes da Biblioteca de D. João

O advento da Tipografia pouco interferiu nos estágios preparatórios de uma obra. Durante mais de dois séculos, manuscritos autógrafos foram conservados e boa parte deles não foi publicada (Historie(s), 2001, p. 12). No entanto, a pluralidade e heterogeneidade de cópias ou de autógrafos, de manuscritos literários íntegros, incompletos e em parte não identificados, documentam uma realidade complexa de perdas e negligência (Angremy, 2001, p. 25)

Esta situação é enfrentada quotidianamente pela coleção de manuscritos literários que um dia compôs a Biblioteca de D. João, Príncipe Regente e, depois, D. João VI, Rei de Portugal. A coleção, formada e desenvolvida no Palácio de Queluz, sede da Casa do Infantado, foi transferida para o Brasil, com a corte portuguesa, a partir de 1808 (Fleuiss, 1922, p. 987).

A Casa do Infantado era uma instituição régia de domínio de determinados bens, criada em 11 de agosto de 1654, por D. João IV, a favor do Infante D. Pedro, futuro D. Pedro II, com privilégios iguais aos da Casa de Bragança e a cláusula expressa, de nunca ser unida à Coroa. O monarca pretendia, assim, evitar a dependência dos filhos segundos, com relação aos primogênitos. A Casa do Infantado foi extinta por D. Pedro IV, em 1834, e parte de seus bens integrados à Fazenda Real (Andrade, 1965).

A Biblioteca da Casa do Infantado não sofreu danos com o terremoto de 1755, quando estava sob a posse de D. Pedro, que viria a ser D. Pedro III por seu casamento com D. Maria I. A preservação da biblioteca, quando muitas se perderam, inclusive a do Rei, explicaria a tese de que o acervo da Casa do Infantado é maior e mais precioso que o da Real Bibliotheca pós-terremoto; pelo menos, é o que se traduz dos inventários incompletos dos caixões de livros que vieram para o Brasil, tanto do Infantado - com mais de 16.000 itens, quanto da Coroa, com cerca de 3.000 (cf. Inventário, 18-? e Inventário, 1810?).

A literatura disponível indica que, no Brasil, a biblioteca do Infantado foi mantida separada da biblioteca da Coroa e que seu acervo era de uso pessoal do Príncipe Regente D. João, o Senhor da Casa do Infantado. A reunião das duas bibliotecas teria acontecido na época da compra dos bens portugueses que ficaram no Brasil (cf. Brasil.

Regência Trina Permanente, 1833), após o retorno de D. João VI para Portugal, quando levou parte dos manuscritos da coleção (cf. Manchester, 1970, p. 191).

A biblioteca formada pelos acervos da Coroa e da Casa do Infantado, foi adquirida através da Convenção adicional ao Tratado de Paz e Aliança, firmada entre Brasil e Portugal, em 29 de agosto de 1825, pela qual se indenizava a Família Real portuguesa por todas as suas propriedades no Brasil; o valor pago foi de dois milhões de libras esterlinas (Convenção, 1825).

A coleção de manuscritos do Infantado é marcada pela multiplicidade de elogios, discursos, orações, diálogos, odes, memórias, biografias, projetos, representações e justificações, cartas, homilias, sermões e novenas - quase todos, documentos de caráter gratulatório, epitalâmico, panegírico, natalício, fúnebre, histórico, político, administrativo e honorífico. Os códices versam sobre história monárquica, administração, finanças, direito, táticas militares, tratados e convenções, navegação, medicina e cirurgia, química, geografia e, principalmente, religião. Entre os muitos cimélios literários que compõem a coleção de manuscritos, múltipla e surpreendente, destaca-se a obra-prima de Antônio Diniz da Cruz e Silva, *O Hissope*.

3 Os manuscritos de *O Hissope*, de Antônio Diniz da Cruz e Silva, na Biblioteca Nacional brasileira

O século XVIII, em Portugal, foi marcado pela qualidade das obras produzidas no campo literário, e por uma sucessão de eventos que influenciaram o curso das idéias e das ideologias. O final do século, em particular, testemunhou a voga do poema herói-cômico, onde temas risíveis eram expressos como epopéias. *O Hissope* é considerado um dos mais notáveis poemas herói-cômicos da literatura portuguesa setecentista (Rebelo, 1969a, p. 390) e "das litteraturas européas" (Notícia, 1889, p. 5); um poema anticlerical que é um paradigma do gênero (Monteiro, 2002).

O autor, Antônio Diniz da Cruz e Silva nasceu em Lisboa, a 4 de julho de 1731, e morreu no Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1799. Doutor em Direito Civil pela Universidade de Coimbra, foi chanceler da Relação do Rio de Janeiro e conselheiro do Conselho Ultramarino (Silva, I., 1858-1923, t. 1, p. 123; t. 8, p. 128); participou, discretamente, como juiz em alguns depoimentos, no julgamento dos réus da Conjuração Mineira, e como Chanceler da Relação do Rio, na Devassa estabelecida por ordem do Vice-rei Conde de Resende (Meireles, 1953, p. 161). "Celibatário de carácter reservado, funcionário escrupuloso e competente", Antônio Diniz fundou a Arcádia Lusitana, sob o nome árcade de Elpino Nonacriense; mas, publicou pouco

- suas obras impressas são quase todas póstumas (Rebello, 1969b, p. 1021).

O *Hissope* foi escrito em Portugal, em 1764 ou 1768 (cf. Notícia, 1889, p. 20 e Rebello, 1969a, p. 391), baseado em um caso que ocorreu em fins de 1764: o deão, dignitário eclesiástico que presidia o cabido, em Elvas, oferecia o hissope à porta da casa do cabido, todas as vezes em que o bispo ia cumprir suas obrigações na Sé; quando o deão deixou de fazê-lo, o prelado tomou o fato como afronta e, ferido em sua vaidade, engendrou uma verdadeira luta de poder pela obrigatoriedade da gentileza, ao ponto de envolver outras autoridades religiosas e civis - em tempo: o hissope é um pequeno bastão utilizado para aspergir água benta. Na obra, Diniz ridicularizou o incidente, satirizando as hierarquias e a classe social em decadência (Melo, 1975, p. 111), denunciando a ignorância e a sensualidade entre religiosos, as superstições populares e a suposta inferioridade do Direito Canônico perante o Direito Civil (Rebello, 1969a, p. 391). O evento e a obra teriam originado a expressão "questão de hissope", como referência a uma "questão frívola ou ridícula, sobre a precedência ou preeminência de certos dignitários" (*Hissope*, p. 3381).

Cópias do manuscrito circularam em 1771 (Monteiro, 2002) e a divulgação do texto seria a causa da transferência do autor para o Brasil, em cerca de 1776. Ao longo dos anos em que viveu no Brasil, Diniz alterou e corrigiu o poema, ampliando o quarto canto e acrescentando o oitavo aos sete cantos originais (Cruz..., 1967, p. 180; Notícia, 1889, p. 21). Com seu estilo irônico, rápido e sarcástico, Diniz "teria influenciado o grupamento poético de Minas, no seu século" (Meyreles, 1953, p. 164). Vale ressaltar que a literatura não registra, ainda, o texto criticamente fixado de *O Hissope* (Rebello, 1969a, p. 391).

A Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional brasileira possui cinco versões manuscritas com sete cantos - quatro do século XVIII e uma do século XIX; esta, proveniente da coleção particular de José Bonifácio de Andrada e Silva (cf. Catálogo..., 1838, v. 1, p. 228). Das quatro versões setecentistas, três não têm data certa; destas, uma foi adquirida por compra e duas foram doadas com a coleção de Francisco Ramos Paz, em 1920 (cf. Biblioteca, 1928, p. 8). A quarta versão, datada de 1779, embora não tenha marcas de proveniência, é consagrada como um manuscrito do Infantado. São elas:

1

Hisopaida: poema épico. [S.l., 18-?]. 70 p. mss. Cópia. Incompleto. Versão com sete cantos.

Consta de três cadernos de papel verde, pautado, costurados em linha de

seda verde, precedidos de um bifólio, sem pauta, com a inscrição "Mel.", no f. 1, e o "Argumento", no f. 2. Texto em tinta ferrogálica.

Marca d'água: brasão de armas, nos papéis com e sem pauta.

Proveniência: Coleção José Bonifácio de Andrada e Silva.

Localização: I-7,16,40

2

O Hissope: poema heroico comico. [S.l., 17-?]. [118] p. mss. sobre papel artesanal. Cópia. Versão com sete cantos.

Texto com numeração de versos e notas, por outra mão, nas margens inferiores. Capa descartável em papel artesanal. Cortes salpicados de vermelho.

Marca d'água: brasão com a logomarca "D&C" e a contramarca "D&CBlauw".

Proveniência: compra.

Localização: I-7,16,45

3

Hyzope: poema heroico comico. [S.l., não antes de 1788]. [54] f. mss. sobre papel artesanal. Cópia. Versão com sete cantos.

Texto com vinhetas, no final dos Cantos, e reclamos manuscritos. Inclui rasuras e correções sobrepostas. O último fólio do Canto 2º, f. [13], foi manuscrito em papel verde, distinto do que predomina no poema. Fólios restaurados com papel japonês.

Marca d'água: brasão de armas com a inscrição "Libertas" e a contramarca "Fin 1788", no f. [13].

Proveniência: Coleção Francisco Ramos Paz.

Localização: I-11,1,16A

4

Hyzope: "poema heroico-comico". [S.l., 17-?]. [1], 43 f. mss. sobre papel artesanal. Cópia. Versão com sete cantos.

Manuscrito sem página de rosto (título retirado do título de partida). Texto com numeração de versos (no Canto 1º e em parte do Canto 2º) e reclamos manuscritos. Inclui rasuras e correções marginais e sobrepostas. Encadernação original em couro estampilhado. Cortes salpicados de vermelho

Marca d'água: brasão com a logomarca "D&C" e a contramarca "D&CBlauw".

Proveniência: Coleção Francisco Ramos Paz.

Localização: I-11,1,16B

5

O *Hyzope*: poema heroico-comico.[S.l.], 1779. [98] p. mss. sobre papel artesanal. Cópia. Versão com sete cantos.

Texto em tinta ferrogálica, com reclamos e assinatura (B) no segundo caderno. Inclui rasuras, correções e notas de rodapé. Meia encadernação, com lombada em couro, da Oficina de Encadernação da Biblioteca Nacional, nº 42366.

Marca d'água: brasão de armas com a inscrição "Libertas".

Proveniência: Real Bibliotheca. Casa do Infantado (?)

Localização: I-13,1,11

Além dessas versões de *O Hissope*, a Biblioteca Nacional brasileira possui outros manuscritos literários de Antônio Diniz, todos sem data e alguns identificados como autógrafos, a saber: *Idillios e Pastoris*, *Metamorfoses: caderno de poemas*, *Ode alcaica*, *Ode ao Marquês de Pombal*, Ode sobre a reforma da Universidade de Coimbra e alguns poemas identificados como eróticos. Em vários desses itens constam as marcas d'água descritas. O estudo detido e o colacionamento das marcas d'água, pode favorecer a datação dos manuscritos e a verificação de sua origem. Além disso, há que confrontar os textos manuscritos e as notas apensadas com aqueles identificados como autógrafos, para verificar a incidência de inscrições pela mão do autor.

Se as várias versões de *O Hissope* evidenciam a evolução do fazer literário de Antônio Diniz da Cruz e Silva, suas dúvidas e certezas, seu modo de olhar e de ver os dois últimos quartéis do século XVIII e as influências dessa visão, a pesquisa sobre os manuscritos literários da Biblioteca Nacional brasileira têm muito a desvelar sobre as literaturas portuguesa e brasileira.

Vale acrescentar que a primeira edição de *O Hissope* data de 1802, em Paris, embora a imprensa indicasse Londres, feita a partir de uma versão de 1780 cedida pelo próprio autor a seu amigo Francisco José da Silveira Falcato (Notícia, 1889, p. 22). A obra foi proibida em Portugal, "com pena de degredo por dez anos em África a quem, possuindo algum exemplar, não o entregasse às autoridades" (Meireles, 1953, p. 161). A invasão francesa favoreceu a circulação e venda de alguns exemplares da edição de 1808. Mas, com a expulsão dos franceses, os exemplares foram recolhidos e só voltaram a circular em 1833 (Silva, I. 1858-1923, t. 1, p. 125).

A Biblioteca Nacional possui exemplares de edições em português, tiradas em Lisboa - 1808 (Silva, A., 1808) e 1889 (Silva, A., 1889), em Paris - 1834 (Silva, A., 1834), e no Rio de Janeiro - 1910 (Silva, A., 1910); e duas edições francesas de 1847 (Silva, A., 1847) e 1876 (Silva, A., 1876). Além dessas, consta uma edição em português, tirada em Paris, com data de 1803 (Silva, A., 1803),

que sequer é referida nas fontes bibliográficas de melhor conceito.

4 Concluindo...

A Biblioteca Nacional brasileira é um monumento de coleções variadas, notadamente, bibliográficas, que datam desde a prototipografia, no século XV até o dia de hoje; é, também, um manancial documentário, com manuscritos litúrgicos e de devoção privada, manuscritos literários, papéis pessoais, paratextos, memórias, correspondências ativa e passiva, e espólios de intelectuais, cientistas e bibliófilos brasileiros e estrangeiros, que doaram ou negociaram suas coleções.

Estudos sobre a formação e o desenvolvimento da Real Biblioteca portuguesa e da Real Biblioteca da Casa do Infantado que, reunidas, alicerçaram o acervo da Biblioteca Nacional brasileira, são ainda bastante incipientes. Os relatórios publicados, decorrentes desses estudos, são geralmente ufanosos da riqueza, das curiosidades e do volume do acervo, destacando efemérides nem sempre relevantes na construção intelectual da Biblioteca Nacional. Pesquisas a partir da proveniência de itens (Bibliofilia), da materialidade desses itens (Bibliologia) e de sua importância nas literaturas que representam (Bibliografia) têm sido pouco utilizadas. Considerando a massa de documentos manuscritos e impressos da Biblioteca Nacional que são mantidos "fora de consulta", pela fragilidade do suporte, o tempo é um elemento de pressão para que essas pesquisas sejam implementadas e ultimadas.

A coleção de manuscritos literários tem sido objeto de pesquisas pontuais, mas, descontinuadas, delineando um longo período para que todo o conjunto esteja, um dia, pelo menos, identificado.

A parte da coleção que pertenceu à Biblioteca do Infantado não é estudada sob esta perspectiva, em face da confusão, já consagrada, entre as duas bibliotecas - a do Rei e a do irmão do Rei. As bibliotecas têm, como marcas principais, carimbos bastante assemelhados, porque as duas bibliotecas foram de membros da Família Real; as diferenças estão no modo de imposição da legenda comum ("Da Real Bibliotheca") e nas coroas que encimam o brasão de Portugal, constantes dos carimbos - coroa de Rei e coroa de Infante (Figuras 1 e 2). Além disso, os manuscritos avulsos de pequeno porte ou desencadernados não foram, originalmente, marcados pelos bibliotecários da Real Biblioteca e da Casa do Infantado - a identificação, neste caso, depende da análise bibliológica, do colacionamento de sinais que se repetem nos itens de mesma coleção.

Neste universo de pesquisas por realizar e de tesouros por revelar, o manuscrito literário é, ainda, o item menos favorecido pelo interesse de estudiosos comprometidos com permanência da memória e com os enlaces e desenlaces das relações luso-brasileiras.



Figura 1: Carimbo da Real Bibliotheca.



Figura 2: Carimbo da Real Bibliotheca. Casa do Infantado.

Referências

Abreviaturas:

BNBr - Biblioteca Nacional brasileira

DiOGe - Divisão de Obras Gerais

DiORa - Divisão de Obras Raras

ANCONA LOPEZ, Telê. “Textos, etapas, variantes: o itinerário da escritura”. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 31, p. 147-159, 1990.

Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/pacc/literaria/textos.html>>. Acesso em: 01 fev. 2002.

ANDRADE, Banha de. Infantado (Casa do). In: *VERBO: enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Editorial Verbo, c1965. v. 10, col. 1384-1385.

ANGREMY, Annie. “Copie/brouillon/édition: le manuscrit d'auteur existe-t-il au XVIII^e e siècle?” In: GERMAIN, Marie Odile; THIBAUT, Danièle (Dir.). *Brouillons d'écrivains*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, c2001. p. 25-37.

BIASI, Pierre-Marc de. “Mille et une ratures”. In: GERMAIN, Marie Odile; THIBAUT, Danièle (Dir.). *Brouillons d'écrivains*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, c2001. p. 145-180.

BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). *A Bibliotheca Nacional em 1920: relatório que ao Sr. Dr. Alfredo Pinto Vieira de Mello, Ministro da Justiça e Negócios Interiores, apresentou em 11 de abril de 1921, o director geral Dr. Manoel Cícero Peregrino da Silva*. Rio de Janeiro: Of. Graph. da Bibliotheca Nacional, 1928. 22 p.

- BRASIL. Regência Trina Permanente. Aviso em que a Regência, em nome do Imperador, manda reunir os caixeiros de estampas da Flora Fluminense, em hum só armazém, nas lojas da Bibliotheca não só os que se achão na casa da Livraria, que foi do Infantado, mas também os que existem onde esteve a Tipographia Nacional, Paço [do Rio de Janeiro], 18 out. 1833. In: BIBLIOTECA NACIONAL E PÚBLICA DA CORTE. Avisos: 1822-1833. Rio de Janeiro, 1822-1833. 1 v. ms. Doc. [167].
- CATÁLOGO dos manuscritos [com indicação de proveniência, no canto superior direito das folhas: "Ms. Infantado", "Ms. B. N. e P." e "Ms. J. B. d'A."]. [Rio de Janeiro, não antes de 1838]. 3 v.
- CONVENÇÃO para o ajuste das reclamações públicas dos Governos do Brasil e Portugal, reciprocamente, [adicional ao Tratado de Paz e Aliança, firmado em 1825]. Rio de Janeiro, 29 ago. 1825. 3 f. mss.
- CRUZ e Silva (António Dinis da). In: GRANDE enciclopédia portuguesa e brasileira. Lisboa: Editoria Enciclopédia, [1967?]. v. 8, p. 179-181.
- EISENBERG. Daniel. Inventiones y escándalos cívicos en el cervantismo oficial. In: DESVIACIONES lúdicas en la crítica cervantina, Actas del Primer Congreso Internacional de Locos Amenos. Palma de Mallorca, Ediciones Universidad Salamanca: Universitat de les Illes Balears, 2000. p. 93-105. Disponível em: <<http://users.ipfw.edu/jehle/deisenbe/cervantes/INVENCIO.htm>>. Acesso em: 01 fev. 2002.
- FLEUISS, Max. "História administrativa". In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. *Dicionário histórico geográfico e ethnographico*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922. v. 1, 1688 p. p. 952-1067.
- HISSEPE. In: *GRANDE Enciclopédia Delta Larousse*. Rio de Janeiro: Delta, c1972. v. 8, p. 3381.
- HISTOIRE(S) de manuscrits: naissance: XVe-XVIIe siècle. In: GERMAIN, Marie Odile; THIBAUT, Danièle (Dir.). *Brouillons d'écrivains*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, c2001. p. 10-13.
- INVENTÁRIO dos caixões de livros do Infantado [Rio de Janeiro, 18-?]. Vários volumes. Incompleto (arrola 16.233 itens).
- INVENTÁRIO dos caixões de livros que vieram para esta Biblioteca, pertencentes à Coroa. [Rio de Janeiro, 1810?]. 39 f. Incompleto (arrola 3.087 itens).
- KRISTEVA, Julia. "L'écriture comme transsubstantiation: la dernière phrase". In: GERMAIN, Marie Odile; THIBAUT, Danièle (Dir.). *Brouillons d'écrivains*. Paris: Bibliothèque Nationale de France, c2001. 199, [1] p, p. 81-85.
- MANCHESTER, Alan K. "A transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro". In: KEITH, Henry H.; EDWARDS, S. F. *Conflito e continuidade na sociedade brasileira*. Trad. de José Laurênio de Melo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970. p. 177-225. (Col. Retratos do Brasil; v. 79).
- MARTINS, Milena Ribeiro. *Crítica genética sem manuscritos*. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/papg/milena.html>>. Acesso em: 01 fev. 2002.
- MEIRELES, Cecília. Um enigma do século XVIII: Antônio Diniz da Cruz e Silva. In: INTERNATIONAL COLLOQUIUM OF LUSO-BRAZILIAN STUDIES,

- Nashville, 1953. Proceedings... Nashville: Vanderbilt Univ., 1953. p. 161-164.
- MELO, Gladstone Chaves de. Silva (António Diniz da Cruz e). In: *Verbo: enciclopédia luso-brasileira de cultura*. Lisboa: Verbo, 1975. v. 17, p. 111.
- MONTEIRO, Ofélia Paiva. A literatura. In: COMISSÃO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES (Portugal). *No tempo de D. João VI*. Disponível em: <<http://www.cncdp.pt/djoaovi/tempo/literatura.html>>. Acesso em: 12 fev. 2002.
- NOTICIA biographica. In: SILVA, António Diniz da Cruz e. *O Hyssope: poema heroi-comico com 8 cantos. Com uma breve noticia biographica do auctor*. Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889. p. 5-25.
- PINHEIRO, Ana Virginia. Da importância do manuscrito literário. *Interpoesia: revista de cultura*, Rio de Janeiro: Contatos e Idéias, v. 1, n. 1, p. 43, maio 1998. Também disponível em: <<http://www.futuro.usp.br/bibvirt/acervo/paradidat/interpoesia/pinheiro.html>>. [Primeiro] acesso em: 04 maio 1999.
- REBELO, Luís de Sousa. Hyssope (O). In: COELHO, Jacinto do Prado; AMORA, António Soares; CAL, Ernesto Guerra da (Dir.). *Dicionário de literatura: literatura brasileira, literatura portuguesa, literatura galega, estilística literária*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Publicações, 1969a. v. 1, p. 390-391.
- REBELO, Luís de Sousa. Silva, António Diniz da. In: COELHO, Jacinto do Prado; AMORA, António Soares; CAL, Ernesto Guerra da (Dir.). *Dicionário de literatura: literatura brasileira, literatura portuguesa, literatura galega, estilística literária*. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de Publicações, 1969b. v. 2, p. 1020-1022.
- SILVA, António Diniz da Cruz e. *O hyssope, poema heroi-comico...* Paris: A. Bobée, [1803]. xxxiii, 137 p. (BNBr/DiOGe II-114,1,29).
- SILVA, António Diniz da Cruz e. *O hyssope, poema heroi-comico...* [Lisboa]: F. Rolland, 1808. 128 p. Edição "em tudo conforme á de 1802 (...); porem [os exemplares] não são procurados, porque em cousa alguma podem competir com os das edições parisienses de 1817 e 1821" (Silva, I., 1858-1923, t. 1, p. 125) - (BNBr/DiOGe II-178,2,32).
- SILVA, António Diniz da Cruz e. *O hyssope, poema heroi-comico...* [Edição, originalmente, compilada por J. B. de Almeida Garrett e] dirigida por José da Fonseca, a qual faz parte do volume intitulado *Satyricos Portuguezes*, destinado a servir de tomo VI na collecção do Parnaso Lusitano. Paris, 1834. vi, [2], 379 [1] p. (BNBr/DiORa 26,1,28).
- SILVA, António Diniz da Cruz e. *O hyssope, poema heroi-comico*. Nova ed. com introdução crítica e anotações de João Ribeiro. Rio de Janeiro: A. Garnier, 1910. 305 p. (BNBr/DiOGe II-375,6,1).
- SILVA, António Diniz da Cruz e. *O hyssope, poema heroi-comico em 8 cantos...* Com uma noticia biographica do auctor... Lisboa: Companhia Nacional Editora, 1889. 126 p. (BNBr/ DiOGe III-87,1,53 e DiOGe 869.1/S586.2h).
- SILVA, António Diniz da Cruz e. [*O hyssope, poema heroi-cômico*]. Le e... [2.ed.]. Paris, L. Techener, 1847. x, 216 p. (BNBr/DiOGe II-274,1,17).
- SILVA, António Diniz da Cruz e. [*O hyssope, poema heroi-cômico*]. Le Goupillon...

Précédée d'un étude succincte sur le poëme par Paul Guitton... Chateaux: Imp. de A. Nuret, 1876. xxiv, 132 p. (BNBr/DiOGe II-303,1,35).

SILVA, Inocência Francisco da. *Dicionário bibliográfico português: estudos (...)*

applicáveis a Portugal e ao Brazil continuados e ampliados por Brito Aranha. Lisboa: Imprensa Nacional, 1858-1923. 22 t. t. 1, p. 123-125; t. 8, p. 128.

WILLEMART, Philippe A filologia e a crítica genética a serviço da interpretação do texto

editado. In: *Revista Brasil de Literatura*, 2002, ano IV: índice de artigos anteriormente publicados, disponíveis para "download". Disponível em: <http://members.tripod.com/~lflipe/arqmorto/arquivo_morto.html>. Acesso em: 01 fev. 2002.

Resumo

Os manuscritos literários da Biblioteca de D. João, Príncipe Regente de Portugal

Discorre sobre os manuscritos literários da Biblioteca de D. João, Príncipe Regente de Portugal, rica em elogios, sermões, memórias, odes, cartas. Descreve a correção na produção de manuscritos, até o século XIV, através da prática do palimpsesto, e relaciona as diferentes versões de manuscritos, praticadas desde então, ressaltando a fragilidade dos suportes e tintas e a brevidade do registro, ante a perspectiva de transitoriedade do texto. No contexto desses enfoques, trata da Biblioteca de D. João, sediada no Palácio de Queluz e transferida para o Brasil com a Corte portuguesa. Conclui, destacando entre os cimélios literários da coleção, uma versão d'*O Hissope*, a obra-prima de Antônio Diniz da Cruz e Silva, poeta do século XVIII, de significativa importância nas literaturas portuguesa e brasileira.

Palavras-chave: Manuscritos literários / Biblioteca do Infantado / O Hissope

Abstract

Literary manuscripts at D. João's Library

Deals with the literary manuscripts belonging to the Library owned by D. João prince Regent of Portugal, which held a great number of panegyrics, sermons, journals, odes, letters. Describes the process of manuscript correction, until the XIV century, through the use of palimpsests, and lists the different versions of manuscripts that were made since then, emphasizing the brittleness of the supports and inks and the brief existence of the records in face of a text that never ceased to be created and re-created. In this context, analyses D. João's Library, originally located at the Palace of Queluz and brought to Brazil by the Portuguese Royal Family. Ends by a study of one of the most remarkable manuscripts of the collection, a version of "O Hissope", the masterpiece of Antônio Diniz da Cruz e Silva, who was a poet of great importance for the XVIII century Portuguese and Brazilian literatures.

Key-words: Literary manuscripts / Library of the Infantado / O Hissope